

**CRISE DA LEITURA BRAILLE**

**DIAGNÓSTICO ----- terapia**

por

Isidro E. Rodrigues

*Lisboa, 19 de Setembro de 1994*

Ao tomar conhecimento de que a «importância do Braille na informação e formação dos deficientes visuais» era o tema proposto para em primeiro lugar ser tratado nesta conferência que, em boa hora, a ACAPO decidiu levar a efeito, logo me percorreu o cérebro uma longa metragem contendo bem nítidas imagens de uma grata e sã convivência com o sistema Braille em toda a sua extensão, ou seja, Braille literário, tanto integral como estenográfico, código musical Braille, códigos fonético e científico, às vezes demasiado incipientes e outras suficientemente desenvolvidos.

Naturalmente que, nesse momento, se tornou bem viva no meu espírito a certeza de que não fora eu ter tido a feliz oportunidade de aprender a ler e a escrever em Braille, e eu nunca teria sido quem sou.

Tomando depois conhecimento de que era proposto tratar, como primeiro subtema, «o Braille como meio natural de leitura e de escrita dos deficientes visuais», tornou-se-me claro mais uma vez, que até ao dealbar da década de sessenta, entre nós, o sistema Braille estava para os deficientes visuais como a escrita a tinta estava (e continua a estar) para os normovisuais.

De facto, embora o número dos alfabetizados fosse demasiado diminuto, por serem escassas e de limitados recursos as instituições que ao ensino dos cegos se dedicavam, os dez ou vinte indivíduos que anualmente saíam das escolas de ensino especial sentiam e entendiam o sistema Braille como sendo o meio primordial para os arrancar à ignorância, para os colocar no domínio do saber o mais próximo do nível dos normovisuais.

O segundo subtema, «o Braille e a crise de leitura», bem como o terceiro, «a utilização do Braille na vida quotidiana», fizeram-me pensar no quão diferente é hoje a realidade: o Braille não é mais o incontestável sistema de leitura e escrita dos deficientes visuais; não mais é ensinado nas escolas como era nos tempos idos; o número dos seus críticos, na realidade, aumentou consideravelmente, não sendo hoje já constituído apenas por professores e técnicos responsáveis pelo ensino integrado, mas também por muitos que deveriam ser os seus naturais utentes, se a sua formação tivesse neste âmbito sido correcta.

Observando os dois contingentes que têm posto em causa a utilização do sistema Braille, tal como ela o tem sido, verificamos que têm características muito similares e, às vezes, mesmo comuns.

Se na década de sessenta as críticas eram sustentadas por uma entidade que começava a querer assumir unilateralmente a responsabilidade de conduzir tudo o que aos deficientes visuais dizia respeito, agora a história repete-se, mas com sinal contrário. Então eram os serviços oficiais, que tudo centralizavam, que tudo conduziam; o privado, ou seja, as associações de cegos, apenas dava o contributo que lhe era permitido, isto é, promovia os cursos de liceu para adultos, a utilização do sistema Braille, tanto ensinando-o como esforçando-se por aumentar os acervos bibliográficos que colocava ao dispor dos seus associados, agora é a herdeira das antigas associações que pretende a todo o custo arcar sozinha com todo o peso desta problemática. Se há trinta anos atrás a determinação de tudo se modificar na área do ensino aos deficientes visuais era fortemente alicerçada em correntes importadas de países economicamente desenvolvidos, em que os técnicos de ensino exerciam as suas funções com dedicação e empenho, com o amor e entrega que uma actividade missionária requer, sem que se procedesse à indispensável análise e ponderação de duas realidades «antípodas» por forma a evitar as distorções e mal-entendidos a que se assistiu nos anos que se seguiram, hoje, entre nós, verifica-se a construção de cenários que indiciam as mesmas atitudes face às metodologias importadas de países onde a realidade sociocultural, linguística e económica é bem diferente da nossa; se nesses tempos, que permanecem bem presentes na memória de muitos de nós, os protagonistas da inovação lidavam, por vontade e interesses próprios, com matérias que não conheciam em todas as suas vertentes, em todas as suas dimensões, matérias que se revestiam de certos aspectos que, embora nunca tivessem sido entraves quer para professores quer para alunos, constituíam para eles barreiras que teriam de ser eliminadas, mesmo sem serem sopesadas as vantagens e desvantagens que de tal postura pudessem advir para os que começavam a ser as sempre indispensáveis cobaias para as experiências, nos nossos dias, os que se arvoram em paladinos da causa do sistema Braille deram já sinais, tanto em declarações proferidas em privado como publicamente, que nos podem levar a concluir serem os sintomas da doença os mesmos de então.

Dir-se-á que tudo o que até agora está dito nada tem de interesse para o tema proposto. Contudo, se bem atentarmos nas raízes profundas e remotas da tão apregoada «crise de leitura», ou melhor, como já se diz, da «desbrailização», logo se verificará que é pertinente a abordagem destas questões.

De facto, nos tempos que passam à história com a reforma do ensino aos cegos, isto é, quando o ensino se processava em escolas especiais onde o clima gerado por professores e alunos bem como por factores socioculturais que não importa agora relembrar era propício à existência de uma vontade, quase colectiva, de crescimento intelectual, os deficientes visuais devoravam os

acervos bibliográficos então produzidos em Braille; liam publicações periódicas e monografias; liam literatura portuguesa, francesa, espanhola e alguns até mesmo a inglesa; liam tanto o que estava escrito em Braille integral como o que fosse estenografado quer segundo o método de Branco Rodrigues quer segundo o de Albuquerque e Castro; não existiam as barreiras que os docentes surgidos na década de sessenta trasladaram de si para os discentes; havia então real gosto pela leitura e escrita do Braille; a correspondência com familiares e amigos e outros tipos de correspondentes dava prazer; havia uma sede muito grande de saber e comunicar.

Naturalmente, dirão outros, e eu não o contesto, que o ensino integrado deu oportunidade a muito mais deficientes visuais de poderem fazer a sua escolarização, de poderem escapar à ignorância total, ao abandono e marginalização vergonhosa a que muitos eram votados, contribuiu, a par dos centros de reabilitação que então floresciam e da nova dinâmica associativa, para que uma outra mentalidade começasse a germinar, permitiu que as crianças não tivessem que, penosa e muitas vezes traumáticamente, deixar o ninho onde sempre haviam vivido, para irem para o desconhecido (Porto ou Lisboa), para um instituto a fim de aprender a ler e a escrever, a ser alguém na vida, enfim, para conseguir o que os seus irmãos e amigos conseguiam na sua terra (ou pelo menos próximo dela) sem terem que abandonar o seio da família que sempre inspira amor, garante segurança, protecção.

Tudo isto e muito mais foram dados positivos adquiridos pelo novo sistema de ensino; contudo, eles não validam o oportunismo que sempre em situações desta natureza campeia para gáudio dos que dele se aproveitam; não legitimam o à vontade e até alguma displicência com que se condenou um sistema de ensino que, circunscrito às limitações do tempo, deu alguns bons frutos que hoje lamentamos não poder continuar a usufruir (lembre-se o ostracismo a que foi votado o ensino de tudo o que tinha a ver com a música, a secundarização, e por vezes mesmo a total ausência da aprendizagem da leitura e escrita Braille (único sistema que em Portugal permitia aos cegos ser alfabetizados); não podem, para compensar a falta dos mais elementares materiais escolares, como livros em Braille, mapas em relevo e tantos outros, para colmatar a insuficiente preparação e pouca sensibilidade de muitos dos que então se esforçavam para ingressar neste sector de actividade docente, justificar a facilitação, a benevolência com que se avaliavam os conhecimentos de certos alunos a quem se foi penhorando o futuro, ao permitir-se-lhes a passagem das sucessivas etapas escolares sem que se verificasse a aquisição de conhecimentos exigível para tal progressão.

E se este separar de águas, esta política de terra queimada que conduziu à rejeição de tudo o que pertencia ao passado, que contribuiu para que uma corrente de sinal contrário surgisse a

defender emocional e às vezes até irracionalmente o sistema de ensino tradicional, formou uma geração de escolarizados de inferior nível de conhecimentos que muito ouve porque mal sabe ler, que muito fala porque quase não sabe escrever, enfim, que toca a sua música de ouvido porque tudo aprendeu pela rama, que formação intelectual teria hoje a generalidade dos deficientes visuais se tivesse havido bom senso, tivesse sido promovido o diálogo por forma a que o bloco de resistentes com experiência de ensino e naturais utilizadores do Braille pudesse fazer ouvir, em clima de serenidade, os seus argumentos, dando assim o seu válido contributo para as transformações que estavam em curso; se os inovadores tivessem sido menos convencidos de tudo saberem, de todos dominarem e fossem mais dialogantes, tendo a humildade de reconhecer que todo o homem, por mais sábio que seja, tem sempre algo a aprender com os outros, mesmo que estes lhe pareçam ignorantes. Se em vez de se precipitarem os acontecimentos tivesse havido mais ponderação e menos radicalismo, se se tivesse entendido que a escola é por essência uma entidade de combate ao analfabetismo, onde se aprende a ler e a escrever, e a usar este precioso meio para a aquisição do saber e sua transmissão, aos benefícios que o novo sistema de ensino potenciou, juntar-se-iam aqueles que assegurariam um ensino de qualidade, uma formação acima do nível da média, garante de êxito no mercado de trabalho que, nos nossos dias, é cada vez mais competitivo.

Mas se é verdade que a escola na sua nova feição contribuiu drasticamente para que hoje se escreva e leia menos, não é menos verdade que também o meio associativo tem a sua quota-parte da responsabilidade pela situação existente: No passado as associações de cegos promoviam no seu seio o ensino primário e secundário, não relegando o ensino e utilização do Braille para segundo plano; com todas as dificuldades do tempo, aproveitavam os recursos de que dispunham para continuamente aumentarem os acervos das suas bibliotecas, bem como os dos arquivos musicais; promoviam o ensino e a utilização da estenografia, etc. E hoje, apesar de terem, em comparação com o que havia, meios poderosos de produção de Braille, qual é o seu papel? Deixo a resposta dependente do conhecimento que cada qual tem da matéria ou ao cuidado de quem, por direito, queira desenvolver esta temática.

Naturalmente que se os elementos constitutivos do fenómeno «desbrailização» são múltiplos e de pesos diversificados, não são em menor número os factores que o determinam nem menor a sua complexidade. Seria impensável aceitar que o conjunto de circunstâncias já aduzidas constitui o todo que causa a crise de leitura a que se assiste nos nossos dias.

Que dizer da instabilidade da Grafia Braille da Língua Portuguesa? Que considerações se podem e devem formular sobre o modus operandi dos serviços de produção de Braille e das bibliotecas, sejam elas privadas ou não, sejam elas escolares, municipais ou nacionais?

De facto, não contribuí para que a leitura não decresça o terem os deficientes visuais de hoje, para poderem ler toda a bibliografia nacional existente em Braille, que dominar, além do Braille Integral - que no passado, ao evoluir, manteve, grosso modo, a simbologia até então vigente, mas que a nova grafia propõe modificar com a alteração do significado de alguns sinais gráficos -, o Método Estenográfico de J. C. Branco Rodrigues, o Método Estenográfico de J. Albuquerque e Castro, o de Fernando Silva (se assim o podemos designar?) e o que foi elaborado e aprovado pela Comissão Braille. Ora, sejamos claros e desinibidos, e digamos que esta frequente mutabilidade imposta quase sempre unipessoalmente ou por um estrito grupo de técnicos, prejudica enormemente uma sã e eficaz política de promoção da leitura e escrita do Braille. No meu entender, a publicação, em 1976, de um novo Manual de Abreviaturas Braille da Língua Portuguesa sem que o acompanhasse o indispensável Método Estenográfico gerou, só por si, uma etapa negativa na vida do leitor de Braille, pois não só se introduziram alterações substanciais que tornaram o sistema mais pesado, como também se passou a permitir que cada um explorasse ao máximo esse sistema, desde que respeitasse as normas estabelecidas. Doravante não só os novos leitores (porque nas escolas não se aprendia a estenografia) não tinham a possibilidade de aceder a alguma bibliografia por esta estar estenografada, como também (o que é ainda mais grave) os que até então tinham o saudável hábito de ler, sentindo-se desmotivados para encarar a sua actualização no âmbito da estenografia, abandonaram a leitura de livros estenografados e, por arrasto, mesmo a leitura de livros escritos em Braille Integral.

Nos nossos dias assistimos a tomadas de posição que estão já a produzir alguma turbulência. Com a publicação dos documentos brailográficos que são o fruto do trabalho realizado, ao longo de oito anos, pela Comissão Braille, forma-se uma onda de contestação que assume às vezes proporções exageradamente agressivas e revela um descontentamento que tem vindo a crescer de tom. Na verdade, a meu ver, se a Comissão Braille não teve uma actuação a todos os títulos digna de louvor, as declarações (algumas completamente desfasadas da realidade e eivadas de imprecisões e até mesmo de erros graves) proferidas por alguns que têm implícita ou explicitamente responsabilidades na área da tiflologia nacional, não são também merecedores de aplauso. De facto, a Comissão Braille não terá procedido da melhor forma ao pôr à discussão pública o Projecto da Grafia Braille, e depois, mudando de critérios ao optar por se aproximar da Grafia Braille da Língua Castelhana (que não tem os condicionalismos da Língua Lusa), fazer tábua rasa dos dados recolhidos. Mas que dizer acerca de posições assumidas que revelam um desconhecimento bastante acentuado do que é o sistema Braille no seu todo? As perspectivas são, no mínimo, preocupantes; contudo, ainda se está a tempo de sanar os efeitos de erros já cometidos e oxalá possa esta conferência contribuir

para que, tanto quanto possível, cesse esta situação de instabilidade antes que as cicatrizes se aprofundem e produzam males maiores.

Apesar da crise de leitura para os deficientes visuais ter a sua origem em causas muito próprias, não significa que ela não se insira num plano mais vasto, mais abrangente, que afecta de igual modo a crise de leitura que grassa entre os normovisuais. De facto, hoje, com uma grande parte de professores e alunos cada vez mais divorciados da função da escola, com apelos de toda a ordem para se ocupar o tempo em diversões de natureza diversa, com a rádio, a televisão, o vídeo, os jogos informáticos e tantas outras atracções com que as novas tecnologias avassalam o homem, não há espaço para a generalidade das pessoas poderem continuar a conviver com o livro, a usufruir deleitadamente a companhia de um livro que ainda não há muito tempo era entendido como um bom amigo. Naturalmente que os factores que influenciam os normovisuais a afastar-se do livro também têm o seu peso na crise da leitura do Braille. A problemática não é tão simples assim que possa levar alguém, de ânimo leve, a ter a veleidade de, só por si e sem dispor da documentação indispensável à realização de um trabalho acabado, pensar que conseguiu o objectivo que se propôs atingir, isto é, que conseguiu apresentar um estudo inteiramente credível que espelhe os sintomas da doença e prescreva a terapia adequada.

Consciente de que muito fica por dizer e que o que foi abordado o foi somente de uma forma muito incipiente, termino esta minha desprezível dissertação manifestando a opinião de que, para se inverter esta situação, se tem que adoptar uma outra forma de actuação:

O ensino tem que sofrer profundas alterações por forma a que a escola desempenhe de facto a função que sempre lhe foi confiada; os serviços de produção de Braille e os de promoção da leitura têm que passar, por um lado, a proporcionar aos seus naturais utentes o acesso a uma mais vasta e diversificada bibliografia, incidindo sobre temáticas actuais e atraentes para a generalidade dos leitores e a apresentar o livro como algo que é de transporte fácil e de agradável manuseamento e, por outro, a assumir uma atitude mais agressiva, levando aos utilizadores e potenciais leitores toda a informação necessária para que estes conheçam as opções de leitura que têm ao seu dispor; os especialistas que se ocupam da adaptação do sistema Braille às exigências da literatura, das ciências, das artes e da tecnologia hodiernas passem a agir, numa atitude de maior humildade, de mais democraticidade, esforçando-se por aceitar como verdade que não são senhores em exclusivo do conhecimento, que não dominam todos os ramos do saber; a generalidade dos que de qualquer modo têm relações com o Braille não devem continuar, numa atitude de insensibilidade e até de algum desumanismo, a molestar, só por molestar, os que tão-só desejam continuar a desenvolver

pacificamente as suas actividades em prol do bem colectivo; finalmente, a Comissão para a Leitura de Deficientes Visuais inicie tão breve quanto possível as suas actividades e cumpra cabalmente a árdua missão que lhe é cometida.

